



Setor da construção nacional pronto para dar resposta ao país



Manuel Reis Campos

Foi com profunda estupefação que vi, citada na comunicação social, a Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro levantar dúvidas acerca da capacidade de resposta das empresas nacionais ao esforço de reconstrução das casas afetadas pelos devastadores incêndios de outubro e colocar a hipótese de lançar um eventual concurso internacional para adjudicação das obras. Efetivamente, não é possível deixar de reagir com estranheza perante afirmações de responsáveis que, entre outras importantes atribuições, têm a seu cargo a condução de relevantes instrumentos de política pública e, à partida, devem conhecer bem um tecido empresarial que, até hoje, nunca deixou de responder aos desafios do país, por mais exigentes que estes possam ter sido.

Mas, se os inúmeros projetos que atestam a capacidade das nossas empresas, com especiais exigências, complexidade e dimensão, como as diversas infraestruturas de transporte e comunicações, barragens, portos, aeroportos, entre tantos outros, em que as empresas de construção nunca falharam ao país não são suficientes para descansar os espíritos mais inquietos, podemos sempre olhar para a realidade dos números.

Nos primeiros dez meses do corrente ano, o total de contratos de empreitadas de obras públicas celebrados foi de apenas 927 milhões de euros, para um total de 2,4 mil milhões de euros de concursos promovidos, ou seja, objeto de anúncio em Diário da República. Para que se tenha uma noção do que isso representa, em termos históricos, direi apenas que, em 2001, foram lançados 4,6 mil milhões de euros. E, porque é de construção de habitação

que estamos a falar, nesse mesmo ano, o número de habitações (fogos) licenciados, foi de 114.254. No ano passado, o total foi de 11.355 e, este ano, até outubro, são 11.690, ou seja, 90,1% menos que o verificado há 16 anos, valor que bem demonstra o quanto estamos abaixo da capacidade operacional do setor.

É compreensível a necessidade de dar uma resposta célere a uma população que sofreu, com a perda de vidas humanas, uma terrível tragédia que, até hoje, ninguém conseguiu explicar cabalmente como é que pôde ocorrer. Sabemos que existe, em toda a sociedade, um sentimento de culpa pelo abandono a que tem sido votado o interior, e todos queremos ver resolvida esta situação com a maior brevidade possível. Porém, tais sentimentos não podem justificar atitudes face a um tecido empresarial que sempre soube responder ao país e que está profundamente mobilizado para ajudar nesta tarefa de reconstruir, não apenas edifícios e infraestruturas, mas também reabilitar vidas e comunidades.

E, seguramente, não podemos calar a indignação de todo um setor que não merece esta desconsideração. E, ainda há poucos dias, em visita aos territórios afetados pelos incêndios, o próprio senhor Primeiro-Ministro referia o “exemplo notável de reconstrução” e considerava que este era um “sinal de que o país tem capacidade e forças para renascer depois das tragédias”. Tenham os poderes públicos a capacidade de criar as condições para a realização das obras, que as nossas empresas não deixarão de voltar a erguer o que a incompreensível tragédia destruiu.

**Presidente da AICCOPN
Associação dos Industriais
da Construção Civil
e Obras Públicas**